



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal - Crea-DF o Acervo Técnico do profissional **MARCELINO EPAMINONDAS PORTO** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **MARCELINO EPAMINONDAS PORTO** RNP: 0704537869 Registro: 6643/D-DF

Título profissional: **Engenheiro Civil**

Número da ART: 0720140019454..... Tipo de ART: **Obra ou serviço**..Registrada em: 25/04/2014Baixada em: 17/09/2015
Forma de registro: **Inicial**..... Participação técnica: **Equipe**.....
Empresa contratada: 4093 -..CMP CONSTRUTORA MARCELINO PORTO LTDA EPP.....

Contratante: **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO** CPF/CNPJ: 00.394.676/0001-07

SBN QD 02 BLOCO C LOTE
17 ED PHENICIA

Número: 17.....

Bairro: SETOR BANCÁRIO
NORTE.....

CEP: 70040-020

Cidade: BRASILIA..... UF: DF

Complemento:

E-Mail: ***

Fone: (**....)****

Contrato: 162/2013..

Celebrado em: 31/12/2013

Valor R\$: 1.408.177,04...

Vinculada a ART:

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação institucional: Órgão Público..

Endereço da Obra/Serviço: DIVERSOS LOCAIS CONFORME CONTRATO

Número: DV.....

Bairro: DIVERSOS.....

CEP: 70040-020.....

Cidade:
DIVERSOS..... UF: DF

Complemento:

Data de Início: 14/04/2014

Conclusão efetiva: 31/12/2014

Coordenadas Geográficas:

Finalidade: **Outro**.....

Código/Obra pública:

Proprietário: **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL**

CPF/CNPJ: 00.394.676/0001-07

E-Mail: ****

Fone: (**....) ***** ..

Atividade(s) Técnica(s): **1 - Fiscalização** Execução Edificação de alvenaria , 24,0000 unidade;

Observações

Fiscalização e controle de qualidade de obras de construções, reformas e ampliações de escolas e demais próprios da Secretaria de Estado do Distrito Federal

Informações Complementares

CERTIFICAMOS QUE A CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO - CAT FOI CONCEDIDA ADMINISTRATIVAMENTE, CONFORME PARECER DE 21/09/2015 DO DEPARTAMENTO TÉCNICO/DTE, DE ACORDO COM O PROCESSO Nº 210686/2015. CERTIDÃO VÁLIDA PARA O PROFISSIONAL ACIMA CITADO, DENTRO DOS SERVIÇOS CONDIZENTES COM SUAS ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 42699 a 42703, o atestado contendo <5> folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 0720150001135

Data: 25/09/2015 Hora: 16:05:00

Código de Controle: BJBSMEP

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas. A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-DF (www.creadf.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal
SGAS 901 - Conj. "D" Asa Sul Brasília-DF - CEP: 70390-010
Tel: (61) 3961-2800 Fax: (61) 3223-4619 E-mail: informacao@creadf.org.br



**CONFERE COM CÓPIA
ARQUIVADA NO CREA-DF**

FUNCIONÁRIO/MATRÍCULA



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal - Crea-DF o Acervo Técnico do profissional **JOAO BARBOSA PORTO** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **JOAO BARBOSA PORTO** RNP: 0702198382 Registro: 14404/D-DF

Título profissional: **Engenheiro Civil**

Número da ART: **0720140023183**..... Tipo de ART: **Obra ou serviço**..Registrada em: **07/05/2014**Baixada em: **17/09/2015**
Forma de registro: **Inicial**..... Participação técnica: **Individual**.....

Contratante: **CMP CONSTRUTORA MARCELINO PORTO**.....

CPF/CNPJ: **38.027.876/0001-02**

SCLRN 715 Bloco B Loja

43.....

Número: 43.....

Bairro: **BRASILIA**.....

CEP: 70000-000

Cidade: **BRASILIA**..... UF: **DF**

Complemento:

E-Mail: **CMP.AVALIACOES@GMAIL.COM**.....

Fone: (61....)33496176....

Contrato:

Celebrado em: **31/12/2013**

Valor R\$: 5.847,88.....

Vinculada a ART:

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Privado**

Ação institucional: **Nenhuma/Não Aplicável**

Endereço da Obra/Serviço: **DIVERSOS LOCAIS CONFORME CONTRATO**

Número: **DV**.....

Bairro: **DIVERSOS**.....

CEP: 70000-000.....

Cidade:

DIVERSOS.....

UF: **DF**

Complemento:

Data de Início: **14/04/2014**

Conclusão efetiva: **31/12/2014**

Coordenadas Geográficas:

Finalidade: **Outro**.....

Código/Obra pública:

Proprietário: **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL**

CPF/CNPJ: **00.394.676/0001-07**

E-Mail: **CMP.AVALIACOES@GMAIL.COM**

Fone: (61....) 33496176..

Atividade(s) Técnica(s): **1 - Fiscalização** Execução Edificação , 24,0000 unidade;

Observações

Fiscalização e controle de qualidade de obras de construções, reformas e ampliações de escolas e demais próprios da Secretaria de Estado do Distrito Federal

Informações Complementares

CERTIFICAMOS QUE A CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO - CAT FOI CONCEDIDA ADMINISTRATIVAMENTE, CONFORME PARECER DE 24/09/2015 DO DEPARTAMENTO TÉCNICO/DTE, DE ACORDO COM O PROCESSO Nº 212632/2015. CERTIDÃO VÁLIDA PARA O PROFISSIONAL ACIMA CITADO, DENTRO DOS SERVIÇOS CONDIZENTES COM SUAS ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 42772 a 42776, o atestado contendo <5> folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 0720150001155

Data: 02/10/2015 Hora: 12:52:00

Código de Controle: LIWYMWU

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas. A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-DF (www.creadf.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Coordenação de Engenharia e Arquitetura
Gerência de Fiscalização e Acompanhamento de Obras

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para fins de comprovação da realização de atividade técnica e a pedido da interessada, que o engenheiro **João Barbosa Porto**, inscrito no CREA-DF sob n.º 14404/D-DF, **Pedro Dambrois Martins Junior**, inscrito no CREA-DF sob n.º 20842/D-DF, **Marcelino Epaminondas Porto**, inscrito no CREA-DF sob n.º 6643/D-DF e **Wildson Tavares Fonseca Moura** – CREA 20678/D-DF executaram, pela CMP Construtora Marcelino Porto Ltda, na qualidade de responsáveis técnicos desta empresa, para a pessoa jurídica Secretaria do Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF, os serviços abaixo relacionados, conforme as seguintes características apresentadas, por meio das Anotações de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente registradas nos arquivos do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Distrito Federal – CREA-DF, sob os respectivos números 0720140023183, 0720140020009, 0720140019454 e 072140019996.

Para o devido assentamento de acervo técnico profissional de acordo com as Resoluções n. 218 de 29 de março de 1973 e n. 317 de 31 de outubro de 1986 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, registramos suas atividades de Responsáveis Técnicos dentro das suas devidas atribuições profissionais para realização dos serviços, conforme abaixo:

DADOS DO SERVIÇO



CONTRATANTE:

Secretaria do Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF
CNPJ: 00.394.676/0001-07
L2 NORTE, 607, PROJEÇÃO D, SALA 227, BRASÍLIA DF

CONTRATADA / RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

CMP CONSTRUTORA MARCELINO PORTO LTDA

CNPJ: 38.027.876/0001-02

SCLRN 715 BLOCO B LOJA 43 - BRASÍLIA DF

Engenheiro Civil: João Barbosa Porto – CREA 14404/D-DF

Engenheiro Civil: Pedro Dambrois Martins Junior – CREA 20842/D-DF

Engenheiro Civil: Marcelino Epaminondas Porto – CREA 6643/D-DF

Engenheiro Civil: Wildson Tavares Fonseca Moura – CREA 20678/D-DF

CONFERE COM CÓPIA
ARQUIVADA NO CREA-DF
FUNCIONÁRIO/MATRÍCULA

Secretaria de Estado de Educação
Gerência de Fiscalização e Acompanhamento de Obras
SGAN 607, Projeção D, Sala 224, CEP- 70.850-070
Telefone: 3901-2356



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Coordenação de Engenharia e Arquitetura
Gerência de Fiscalização e Acompanhamento de Obras

PRAZO CONTRATUAL:

12 MESES

Data de Início do Contrato: 31/12/2013

Data de Término do Contrato: 31/12/2014

PERÍODO DE EXECUÇÃO:

Data de Início dos Serviços: 14/04/2014

Data de Término dos Serviços: 31/12/2014



VALOR DO CONTRATO:

R\$ 1.408.177,07 (UM MILHÃO E QUATROCENTOS E OITO MIL, CENTO E SETENTA E SETE REAIS E SETE CENTAVOS)

VALOR DOS SERVIÇOS EXECUTADOS:

R\$ 670.122,86 (SEISCENTOS E SETENTA MIL, CENTO E VINTE E DOIS REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS)

LOCAL / ENDEREÇOS DOS SERVIÇOS EXECUTADOS:

ITEM	REF	ENDEREÇO	PERÍODO EXECUÇÃO OBRA	PERÍODO FISCALIZAÇÃO CMP
1	CEPI	QS 607 AE 01 SAMAMBAIA	11/06/2014 a 09/03/2015	16/06/2014 a 31/12/2014
2	CEPI	EQNP 06/10 QE CEILANDIA	13/05/2014 a 06/02/2015	16/06/2014 a 08/08/2014
3	CED	QNN 13 AE CEILANDIA	21/03/2014 a 16/03/2015	16/06/2014 a 31/12/2014
4	CEPI	QS 409 AE 03 SAMAMBAIA	11/06/2014 a 09/03/2015	16/06/2014 a 31/12/2014
5	CEPI	QR 103 LOTE A SANTA MARIA / DF	23/12/2013 a 17/12/2014	14/04/2014 a 17/12/2014
6	CEPI	QR 312 CONJUNTO 12 LOTE 01 SANTA MARIA / DF	09/08/2013 a 21/07/2014	14/04/2014 a 21/07/2014
7	CEPI	CL 218 LO TE F SANTA MARIA / DF	29/07/2013 a 23/06/2014	14/04/2014 a 23/06/2014
8	CEPI	ÁREA ESPECIAL 01 SETOR SUL EC 05 - BRAZLANDIA / DF	20/02/2014 a 15/02/2015	14/04/2014 a 31/12/2014
9	CEPI	QNO 12 AREA ESPECIAL G (CEE 02) CEILANDIA / DF	23/08/2013 a 30/10/2014	14/04/2014 a 30/10/2014
10	CEPI	PIQ 03 LOTE 01 SETOR VEREDAS - BRAZLANDIA / DF	02/09/2013 a 14/11/2014	14/04/2014 a 14/11/2014
11	CEPI	QNO 03 AREA ESPECIAL B CEILANDIA / DF	29/07/2013 a 25/08/2014	14/04/2014 a 25/08/2014
12	CEPI	PIQ 02, LOTE 02, BAIRRO VEREDAS BRAZLÂNDIA /	16/06/2014 a 12/03/2015	16/06/2014 a 31/12/2014
13	CEPI	QN 425, AE 02 SAMAMBAIA / DF	11/06/2014 a 09/03/2015	16/06/2014 a 31/12/2014
14	CEPI	QS 415 AE 01 SAMAMBAIA / DF	11/06/2014 a 09/03/2015	16/06/2014 a 30/06/2014
15	CEPI	QS 127 AE 01 SAMAMBAIA / DF	11/06/2014 a 09/03/2015	16/06/2014 a 31/12/2014
16	CEPI	QS 617 AE 02 SAMAMBAIA / DF	11/06/2014 a 09/03/2015	16/06/2014 a 31/12/2014
17	CEPI	QS 413 AE 02 SAMAMBAIA / DF	11/06/2014 a 09/03/2015	16/06/2014 a 31/12/2014
18	CEPI	QS 07 LOTE 10 CAIC WATER MOURA AGUAS CLARAS / DF	27/12/2013 a 31/12/2014	14/04/2014 a 31/12/2014
19	CEI	QNP 14 AREA ESPECIAL CEILÂNDIA / DF -	08/10/2013 a 07/07/2014	14/04/2014 a 07/07/2014

CONFERE COM CÓPIA
ARQUIVADA NO CREA-DF

FUNCIONÁRIO/MATRÍCULA

Secretaria de Estado de Educação
Gerência de Fiscalização e Acompanhamento de Obras
SGAN 607, Projecção D, Sala 224, CEP- 70.850-070
Telefone: 3901-2356



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Coordenação de Engenharia e Arquitetura
Gerência de Fiscalização e Acompanhamento de Obras

20	CEPI	QS 08 CONJUNTO 220 BLOCO A LOTE 01 AGUAS CLARAS /DF	05/08/2013 a 04/09/2014	14/04/2014 a 04/09/2014
21	CEPI	AVENIDA JEQUITIBA LOTE 935 AGUAS CLARAS / DF	31/07/2013 a 11/08/2014	14/04/2014 a 11/08/2014
22	CEPI	EQS 204/205 LOTE B ASA SUL BRASÍLIA	30/12/2013 a 10/12/2014	14/04/2014 a 10/12/2014
23	CEPI	SHIN QI 16 LOTE A e B - LAGO NORTE/DF	22/10/2013 a 24/12/2014	14/04/2014 a 31/12/2014
24	CEPI	ÁREA ESPECIAL, SHCGN 714 - ASA NORTE / DF	30/04/2013 a 11/08/2014	14/04/2014 a 11/08/2014
25	CEPI	SHIN QI 13 LOTE E/F - LAGO NORTE/DF	30/08/2013 a 25/01/2015	14/04/2014 a 31/12/2014
26	CEPI	SETOR HABITACIONAL LUCIO COSTA QE 01 LOTE 03 GUARA /DF	23/08/2013 a 18/08/2014	14/04/2014 a 18/08/2014
27	CEPI	AR 15 CONJUNTO 08 LOTE 02 SOBRADINHO II/DF	31/07/2013 a 29/07/2014	14/04/2014 a 29/07/2014
28	CEPI	QUADRA 02 CONJUNTO D/E SOBRADINHO II/DF	31/07/2013 a 11/08/2014	14/04/2014 a 11/08/2014
29	CEPI	BAIRRO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA AE 01 ARAPORANGA EC 07 PLANALTINA / DF	31/07/2013 a 29/07/2014	14/04/2014 a 29/07/2014
30	CEPI	QD AR03 LOTE 03 SOBRADINHO II / DF	11/06/2014 a 09/03/2015	16/06/2014 a 31/12/2014
31	CEPI	SHIN CA 02 LAGO NORTE / DF	11/06/2014 a 09/03/2015	16/06/2014 a 31/12/2014
32	CEPI	QR 307 E QR 407 ÁREA ESPECIAL SETOR SUL (EC 307) SAMAMBAIA DF	28/10/2013 a 10/11/2014	14/04/2014 a 10/11/2014
33	CEPI	QS 412 ÁREA ESPECIAL SETOR NORTE (EC 412) SAMAMBAIA DF	23/10/2013 a 18/11/2014	14/04/2014 a 18/11/2014
34	CEPI	QR 517 ÁREA ESPECIAL 01 SAMAMBAIA DF	12/08/2013 a 21/07/2014	14/04/2014 a 21/07/2014
35	CEPI	QR 827 CONJUNTO 07 LOTE 01 SAMAMBAIA DF	31/07/2013 a 21/07/2014	14/04/2014 a 21/07/2014
36	CEPI	QN 503 CONJUNTO 12 LOTE 01 SAMAMBAIA DF	29/07/2013 a 25/08/2014	14/04/2014 a 25/08/2014
37	CEPI	QR 204 AE 01 SAMAMBAIA /DF	11/06/2014 a 09/03/2015	11/08/2014 a 31/12/2014
38	CEPI	QS 613 AE 03 SAMAMBAIA /DF	25/06/2014 a 23/03/2015	01/08/2014 a 31/12/2014
39	CEPI	QNO 10 AE A PROF ANISIO TEXEIRA	22/07/2013 a 15/09/2014	14/04/2014 a 15/09/2014

REF	TIPOLOGIA
CED	CENTRO EDUCACIONAL
CEI	CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
CEPI	CENTRO DE EDUCAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA - CRECHE FNDE TIPO B COM 8 SALAS



OBJETO / SERVIÇOS EXECUTADOS

Execução e Fiscalização de (39) Trinta e Nove Obras Públicas conforme descrito a seguir:

Reforma:

- ✓ CED – CENTRO EDUCACIONAL (1 - UNIDADE) – ÁREA CONSTRUÍDA: 6.399,93M²

Construção:

- ✓ CEPI – CENTRO DE EDUCAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA - CRECHE FNDE TIPO B COM 8 SALAS (37- UNIDADES) – ÁREA CONSTRUÍDA: 1.118,48 M²
- ✓ CEI – CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (1 - UNIDADE) – ÁREA CONSTRUÍDA: 1.288,47 M²

CONFERE COM CÓPIA
ARQUIVADA NO CREA-DF

FUNCIONÁRIO/MATRÍCULA

Secretaria de Estado de Educação
Gerência de Fiscalização e Acompanhamento de Obras
SGAN 607, Projção D, Sala 224, CEP- 70.850-070
Telefone: 3901-2356



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Coordenação de Engenharia e Arquitetura
Gerência de Fiscalização e Acompanhamento de Obras

VALOR TOTAL DAS OBRAS:

R\$ 101.337.756,95 (CENTO E UM MILHÕES TREZENTOS E TRINTA E SETE MIL SETECENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS)

METRAGEM QUADRADA TOTAL CONSTRUIDA DAS OBRAS:

49.072,16 M² (QUARENTA E NOVE MIL SETENTA E DOIS, VIRGULA DEZESSEIS METROS QUADRADOS)

CARACTERÍSTICAS DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS



ETAPAS E ESCOPO:

Prestação de serviços técnicos na área de fiscalização de obras e serviços de engenharia compreendendo os seguintes itens:

1 - Interpretações de projetos de arquitetura e projetos complementares estruturas de concreto, aço e madeira, sondagem, fundações, topografia, movimento de terra, instalações hidrossanitárias, instalações elétricas, águas pluviais, telefonia, telecomunicações, prevenção contra incêndio, instalações mecânicas, instalações de gás e demais serviços inerentes à profissão de engenharia e arquitetura;

2 - Acompanhamento e fiscalização da execução de contratos de obras e serviços de engenharia, a partir dos seguintes conhecimentos:

- Normas técnicas de engenharia e arquitetura;
- Especificação de materiais e equipamentos e procedimentos executivos;
- Levantamento de quantitativos;
- Contratos administrativos;
- Segurança do trabalho;
- Planilhas eletrônicas;
- Fiscalização de Execução de Cronograma;
- Fiscalização de Medições;

3 - Execução de outras atividades correlatas, requeridas pelo executor do contrato;

CONFERE COM CÓPIA
ARQUIVADA NO CREA-DF

FUNÇÃO/MATRÍCULA

Secretaria de Estado de Educação
Gerência de Fiscalização e Acompanhamento de Obras
SGAN 607, Projção D, Sala 224, CEP- 70.850-070
Telefone: 3901-2356



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Administração Geral
Coordenação de Engenharia e Arquitetura
Gerência de Fiscalização e Acompanhamento de Obras

Atestamos que os serviços citados foram perfeitamente executados, em seus devidos prazos estipulados, dentro dos padrões e exigências desta pessoa jurídica, e obedecendo as normas técnicas brasileiras pertinentes.

Deste modo, firmamos o presente atestado.

Brasília DF, 23 de Junho de 2015.

DARLAN PASTORINI PEREIRA

Executor do Contrato – Gerência de Fiscalização e Acompanhamento de Obras
AGE – Engenheiro Civil – CREA 12993/D-DF – MATRÍCULA: 219.791-X
Secretaria do Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF



LEONARDO CHAVES REHLBERG BALDUÍNO
Gerente - Gerência de Fiscalização e Acompanhamento de Obras
AGE – Engenheiro Civil – CREA 9.690/D-MT – MATRÍCULA: 217.825-7
Secretaria do Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF

ANTÔNIO JOSÉ LIMA CAVAIGNAC
Coordenador – Coordenação de Engenharia e Arquitetura
AGE – Engenheiro Civil – CREA 8.310.083.305/D-RJ – MATRÍCULA: 45.769-8
Secretaria do Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF

CONFERE COM CÓPIA
ARQUIVADA NO CREA-DF

FUNÇÃO/MATRÍCULA

Secretaria de Estado de Educação
Gerência de Fiscalização e Acompanhamento de Obras
SGAN 607, Projção D, Sala 224, CEP- 70.850-070
Telefone: 3901-2356



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-DF

ART Obra ou serviço
0720140019454

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal

1. Responsável Técnico

MARCELINO EPAMINONDAS PORTO

Título profissional: **Engenheiro Civil**

RNP: **0704537869**

Registro: **6643/D-DF**

Empresa contratada: **CMP CONSTRUTORA MARCELINO PORTO LTDA EPP** Registro: **4093-DF**

2. Dados do Contrato

Contratante: **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**

CNPJ: **00.394.676/0001-07**

SBN QD 02 BLOCO C

LOTE 17 ED PHENICIA

Número: 17

Bairro: SETOR BANCÁRIO

NORTE

CEP: 70040-020

Cidade: BRASILIA

UF: DF

Complemento:

E-Mail: ***

Fone: (**)****

Contrato: 162/2013

Celebrado em: 31/12/2013

Valor Obra/Serviço R\$: 1.408.177,04

Vinculada a ART:

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação institucional: Órgão Público

3. Dados da Obra/Serviço

DIVERSOS LOCAIS
CONFORME CONTRATO

Número: DV

Bairro: DIVERSOS

CEP: 70040-020

Cidade: DIVERSOS

UF: DF

Complemento:

Data de Início: 14/04/2014

Previsão término: 31/12/2014

Coordenadas Geográficas: ,

Finalidade: **Outro**

Código/Obra pública:

Proprietário: **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL**

CNPJ: **00.394.676/0001-07**

E-Mail: ****

Fone: (**) *****

4. Atividade Técnica

Fiscalização

Quantidade Unidade

Execução Edificação de alvenaria

24,0000 unidade

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder à baixa desta ART.

5. Observações

Fiscalização e controle de qualidade de obras de construções, reformas e ampliações de escolas e demais próprios da Secretaria de Estado do Distrito Federal

6. Declarações

Acessibilidade: Sim: Declaro atendimento às regras de acessibilidade, previstas nas normas técnicas da ABNT e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

7. Entidade de Classe

CENB

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local _____, de _____ de _____

Local MARCELINO EPAMINONDAS PORTO:14537826134

Assinado de forma digital por
MARCELINO EPAMINONDAS
PORTO:14537826134
Dados: 2022.07.07 14:37:29 -03'00'

MARCELINO EPAMINONDAS PORTO - CPF:
145.XXX.XXX-34

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO CNPJ:
00.394.676/0001-07

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante de pagamento ou conferência no site do Crea.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site: www.creadf.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.creadf.org.br informacao@creadf.org.br
Tel: (61) 3961-2800



Valor da ART: R\$ 167,68

Registrada em: 25/04/2014

Valor Pago: R\$ 167,68

Nosso Número/Baixa: 0114016514



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Nº 162 /2013 QUE ENTRE SI FAZEM O DISTRITO
FEDERAL, REPRESENTADO PELA SECRETARIA DE
ESTADO DE EDUCAÇÃO E A EMPRESA **CMP** –
CONSTRUTORA MARCELINO PORTO LTDA - EPP, NOS
TERMOS DO PADRÃO Nº 04/2002.

PROCESSO Nº: 080.003990/2013

CLÁUSULA PRIMEIRA - Das Partes

O Distrito Federal, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**, doravante denominada **CONTRATANTE**, com sede no Setor Bancário Norte – SBN Quadra 02, Bloco C, Lote 17 – Edifício Phenícia – Brasília/DF, CEP: 70.040-020, neste ato representada por **JACY BRAGA RODRIGUES**, na qualidade de Secretário de Estado de Educação do Distrito Federal Substituto, brasileiro, residente e domiciliado nesta Capital, portador da CI nº 635.773 – SSP/DF e do CPF nº 223.491.541-49, nomeado pelo Decreto de 30/08/2013, publicado no DODF nº 181, de 30/08/2013, página 20, com delegação de competência conferida pelo artigo 173 do Regimento Interno da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal aprovado pelo Decreto nº 31.195, de 21/12/2009, e a empresa **CMP – CONSTRUTORA MARCELINO PORTO LTDA - EPP**, CNPJ nº. 38.027.876/0001-02, com sede no SCLRN 715 Bloco B Loja 43, Brasília/DF, CEP: 70.770-512, Telefone: (61) 3349-6176 e 3349-4641, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu Diretor, **MARCELINO EPAMINONDAS PORTO**, brasileiro, portador do RG nº 521.589 e CPF nº 145.378.261-34, resolvem firmar o presente Contrato, nas condições aqui discriminadas, em conformidade com o disposto no Artigo 61, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.



CLÁUSULA SEGUNDA - Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Edital Pregão Eletrônico nº 18/2013 –SEDF, às fls. 239-299, ao Termo de Referência – Anexo I do Edital, Adjudicação, às fls. 682-683, Homologação, às fls. 684 e 688, Proposta da Contratada, às fls. 611-620, autorização da SUAG, às fl. 688, e a Informação Jurídica nº 627/2013 – AJL/SE, às fls. 720-724, que passam a integrar o presente termo independente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - Do Objeto

O contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada em engenharia consultiva para prestação de serviço de fiscalização e controle de qualidade de obras de construções, reformas e ampliações de escolas e demais próprios da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, consoante especifica o Edital Pregão Eletrônico nº 18/2013 –SEDF realizado por meio da Internet, às fls. 239-299, ao Termo de Referência – Anexo I do Edital, Adjudicação, às fls. 682-683, Homologação, às fls. 684 e 688, Proposta da Contratada, às fls. 611-620, autorização da SUAG, às fl. 688, bem como a Lei 8.666/93, que passam a integrar o presente termo independente de transcrição.

CLÁUSULA QUARTA - Da Forma e Regime de Execução

O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, segundo o disposto nos arts. 6º e 10º da Lei nº 8.666/93.



CLÁUSULA QUINTA - Do Valor

5.1 – O valor total do Contrato é de **R\$ 1. 408.177,04 (um milhão, quatrocentos e oito mil, cento e setenta e sete reais e quatro centavos)**, sendo o valor de **R\$ 100.000,00 (cem mil reais)** custeado com recursos procedentes do Orçamento do Distrito Federal, estando compatível com a Lei nº 4.742 de 29/12/2011 (PPA 2012-2015), bem como a Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 4.895, de 26/07/2012, e está programada na Lei Orçamentária Anual nº 5.011, de 28/12/2012, para o exercício de 2013, na Unidade Orçamentária 18101-SEDF, enquanto o saldo remanescente, no valor de **R\$ 1.308.177,04 (um milhão, trezentos e oito mil, cento e setenta e sete reais e quatro centavos)** encontra-se programado na Proposta Orçamentária de 2014, nos termos do despacho exarado pela Gerência de Programação Orçamentária, à fl. 725, e da SUAG, à fl. 726.

5.2 – A repactuação será fundamentada no art. 40, XI, da Lei nº 8.666/93, e no Decreto Distrital nº 34.518 de 11/07/2013.

CLÁUSULA SEXTA - Da Dotação Orçamentária

6.1 - A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

- I - Unidade Orçamentária: 18101;
- II - Programa de Trabalho: 12.122.6002.8517.0036;
- III - Natureza da Despesa: 3.3.90.39;
- IV - Fonte de Recurso: 100.

6.2 – Foi emitida, inicialmente, a Nota de Empenho nº 2013NE04698 – SEDF, no Valor de R\$ 100.000,00. (cem mil reais), em 19/11/2013, sob o Evento 400091, na modalidade Global.



CLÁUSULA SÉTIMA - Do Pagamento

7.1 - O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação, desde que comprovado o adimplemento dos tributos federais, conforme Parecer nº 429/2013-PROCAD-PGDF, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

7.2 - Na ocasião do pagamento, a contratada deverá apresentar à Contratante prova de regularidade relativa à seguridade social, expedida pelo INSS, prova de regularidade concernente ao FGTS, expedida pela CEF, Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT. (Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011), além da apresentação de prova de regularidade fiscal para com a fazenda do Distrito Federal.

CLÁUSULA OITAVA - Do Prazo de Vigência

O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos da legislação vigente, desde que haja disponibilidade de recursos e condições mais vantajosas para administração, mediante a comprovação em estudos e documentos, e conforme disposição contida no artigo 57, II da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA NONA - Das Garantias

A garantia contratual será no percentual de **5% (cinco por cento)** do valor do contrato, que corresponde à **R\$ 70.408,85 (setenta mil, quatrocentos e oito reais e**



oitenta e cinco centavos), e deverá ser apresentada no ato da assinatura do respectivo instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da Responsabilidade do Distrito Federal

O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Obrigações da Contratante

11.1. Permitir acesso dos empregados da contratada às suas dependências para a execução dos serviços;

11.2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da contratada ou por seus prepostos;

11.3. Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;

11.4. Exercer a supervisão dos serviços prestados, por servidores legalmente designados;

11.5. Comunicar oficialmente à contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;

11.6. Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos no presente documento, solicitando à contratada os treinamentos e as substituições que se verificarem necessários;



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada

12.1 – A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal:

I – até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;

II – comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

12.2 – Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.

12.3 – A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.

12.4 – A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.5 – O contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultante da execução do contrato. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis (art.71 caput e art.71 § 1º);

12.6 - Os empregados da contratada não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.



12.7 – Garantir a preservação do nível de qualidade das obras e serviços de engenharia, em conformidade com o caderno de especificações, projetos, detalhes construtivos e a normatização técnica específica, fazendo cumprir os prazos estipulados em Contrato e na respectiva ordem de serviço expedida pela Coordenação de Obras;

12.8 – Fiscalizar a execução dos serviços obrigando a empresa construtora a realizá-los de acordo com as especificações do projeto, comunicando imediatamente à Gerência de Acompanhamento e Fiscalização/Coordenação de Obras quaisquer irregularidades e/ou vícios construtivos identificados;

12.9 – Analisar e aprovar mensalmente, os boletins de medição e respectivas memórias de cálculo, encaminhando-os à Gerência de Acompanhamento e Fiscalização/Coordenação de Obras, para aprovação final;

12.10 – Verificar o emprego dos traços das argamassas e do concreto em conformidade com as especificações;

12.11 – Observar todos os testes relativos às instalações hidráulicas, sanitárias, águas pluviais, elétricas, eletrônicas, telefônicas, mecânicas, SPDA e gás;

12.12 – Esclarecer ou requerer correções de incoerências, falhas e/ou omissões eventualmente constatadas no projeto básico ou executivo, ou nas demais informações e instruções constantes do memorial descritivo e especificações técnicas de materiais e serviços, necessárias ao desenvolvimento da obra;

12.13 – Exercer rigoroso controle sobre o cronograma físico-financeiro de execução dos serviços, conferindo e atestando a medições dos serviços;



12.14 – Analisar e aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, em obediência ao previsto nos projetos e especificações técnicas e demais documentos pertinentes, encaminhando à Gerência de Acompanhamento e Fiscalização/Coordenação de Obras para aprovação final;

12.15 – Verificar e aprovar, observando a legislação vigente, eventuais acréscimos ou supressões de serviços ou materiais necessários ao perfeito cumprimento do objeto do contrato;

12.16 – Realizar obrigatoriamente, visita semanal à obra/serviços no quantitativo mínimo de:

12.16.1. Duas (02) visitas semanais para obras com prazo de execução de até 90 dias;

12.16.2. Quatro (04) visitas semanais para obras com prazo de execução entre 91 a 270 dias;

12.16.3. Cinco (05) visitas semanais para obras com prazo de execução superior a 270 dias;

12.17 – Manter o Diário de Obras, em conjunto com a empresa executora da obra, de forma atualizada com o registro dos acontecimentos, questionamentos e determinações, com anotações detalhadas dos serviços executados, devidamente rubricado pelas partes;

12.18 – Emitir Relatório Mensal sobre o andamento da obra, a ser encaminhado à Gerência de Acompanhamento e Fiscalização/ Coordenação de Obras até o 5º dia útil do término da etapa, atestando a qualidade dos materiais empregados, de acordo com o caderno de especificações, acompanhado das respectivas vias do Diário de Obra, devidamente assinadas;

12.19 – Reprogramar os serviços em atraso;



12.20 – Fazer levantamento dos quantitativos e avaliar proposta de cronograma físico-financeiro apresentado pela empresa construtora, inclusive, quando ocorrer alterações nos serviços e prazos da obra;

12.21 – Acompanhar os técnicos da Secretaria de Educação nos recebimentos provisório e definitivo da obra, conforme definido no artigo 73 da Lei nº 8.666/93;

12.22 – Comunicar imediatamente ao executor do contrato toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do contrato;

12.23 – Responsabilizar-se pelo transporte dos seus empregados, por meios próprios ou mediante vale transporte, inclusive em caso de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações onde se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário;

12.24 – Fornecer EPI (Equipamento de Proteção Individual) aos seus empregados, quando for o caso;

12.25 – Indicar pelo menos 1 (um) preposto para gerenciar os empregados envolvidos na execução dos serviços, podendo, por razões de economia e racionalização, um dos empregados da contratada que já esteja desenvolvendo as atividades objeto deste Projeto Básico, ser designado preposto, sem prejuízo de suas atividades;

12.26 – Encaminhar ao executor do contrato todas as faturas dos serviços prestados em conformidade com o presente projeto básico;

12.27 – Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados;



12.28 – Manter mão de obra suficiente para garantir a execução das atividades nos regimes contratados, sem interrupção, quer por motivos de férias, licença, falta ao serviço, quer por demissão e outros análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente, bem como para suprir eventuais acréscimos;

12.29 – Pagar os salários de seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, apresentando sempre que solicitados, as comprovações respectivas;

12.30 – Manter, durante o período de vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações trabalhistas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.31 – Assumir a responsabilidade:

12.31.1. Por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação previdenciária e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal;

12.31.2. Por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido nas dependências da Secretaria de Estado de Educação;

12.31.3. Por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

12.31.4. Pelos encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.



12.32. A fiscalização dos serviços pela SEDF não exime nem diminui a completa responsabilidade da Contratada, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais;

12.33. A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a executora da obra, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, Projetos, Especificações, Memorial Descritivo, Quantitativos e Custos, com as Normas Técnicas da ABNT e com as melhores técnicas consagradas pela execução de obras;

12.34. Cabe à fiscalização verificar a ocorrência de fatos para as quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A fiscalização informará à Contratante o fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação de seu valor;

12.35. Das decisões da fiscalização poderá a Contratada recorrer à Contratante, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação;

12.36. Deverá manter sigilo, não reproduzir, nem divulgar sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, todo e qualquer assunto de interesse do contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato decorrente deste Projeto Básico;

12.37. Deverá responsabilizar-se, independentemente de fiscalização ou acompanhamento pela Administração, pelos prejuízos de qualquer natureza, causados ao patrimônio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal ou de terceiros, originados direta ou indiretamente da execução do contrato, decorrentes de dolo ou culpa de seus empregados, prepostos ou representantes, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir



da comprovação de sua responsabilidade; o não cumprimento legitimará o desconto do valor respectivo dos créditos a que porventura faça jus.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Da Alteração Contratual

13.1 - Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

13.2 - A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

13.3 - A repactuação será fundamentada no art. 40, XI, da Lei nº 8.666/93, e no Decreto Distrital nº 34.518 de 11/07/2013.

13.1.No caso da primeira repactuação dos contratos de prestação de serviços de natureza contínua, o prazo mínimo de 01 (um) ano conta-se a partir da apresentação da proposta ou da data do respectivo orçamento, sendo que, nesta última hipótese, considera-se como data do orçamento a do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente que estipular o salário vigente à época da entrega da proposta, vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipações e de benefícios não previstos originariamente.

13.2. Nas repactuações seguintes dos contratos de prestação de serviços de natureza contínua, o prazo mínimo de 01 (um) ano conta-se a partir da última repactuação



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Das Penalidades

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

14.1. Das Espécies

14.1.1. As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções em conformidade com o Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos nºs 26.993/2006, de 12/07/2006 e 27.069/2006, de 14/08/2006:

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) para a licitante e/ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que



seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

14.1.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

14.2. Da Advertência

14.2.1. A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I – pela Subsecretaria de Administração Geral, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - pelo Ordenador de Despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

14.3. Da Multa

14.3.1. A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;



III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/ nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V- 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

14.3.2. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

14.3.3. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

14.3.4. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

14.3.5. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:



14.3.5.1. I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

14.3.5.2. II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

14.3.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem 14.1.2 e observado o princípio da proporcionalidade.

14.3.7. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 13.3.1.

14.3.8. A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem 13.3.1 não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

14.4. Da Suspensão

14.4.1. A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Subsecretaria de Administração Geral, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;



III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

- a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e
- c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

14.4.2. São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - a Subsecretaria de Administração Geral, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

14.4.3. A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

14.4.4. O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

14.5. Da Declaração de Inidoneidade

14.5.1. A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

14.5.2. A declaração de inidoneidade prevista neste item 14.5 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até



que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

14.5.3. A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

14.6. Das Demais Penalidades

14.6.1. As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do subitem 14.5;

III - aplicam-se a este subitem as disposições do subitem 14.4.3 e 14.4.4.

14.6.2. As sanções previstas nos subitens 14.4 e 14.5 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nos 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.



14.7. Do Direito de Defesa

14.7.1. É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

14.7.2. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

14.7.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

14.7.4. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

- I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;
- II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;
- III - o fundamento legal da sanção aplicada; e
- IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

14.7.5. Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.comprasnet.gov.br e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

14.7.6. Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 14.2 e 14.3 deste



capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

14.8 Do Assentamento em Registros

14.8.1. Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

14.8.2. As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

14.9. Da Sujeição a Perdas e Danos

14.9.1. Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas neste edital, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

14.10. Disposições Complementares

14.10.1. As sanções previstas nos subitens 14.2, 14.3 e 14.4 do presente capítulo serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante.

14.10.2. Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

14.11. A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas previstas neste edital e dos contratos dele decorrente, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88 da Lei 8.666/93 e do art. 7º da Lei 10.520/2002, serão obedecidos no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no referido Decreto Distrital contido no Anexo deste edital.

14.12. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os



motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que:

- a) ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão;
- b) não mantiver a proposta, injustificadamente;
- c) comportar-se de modo inidôneo;
- d) fizer declaração falsa;
- e) cometer fraude fiscal;
- f) falhar ou fraudar na execução do objeto contratado

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da proibição de Contratação de Mão de Obra Infantil

Fica proibida a contratação de mão de obra infantil, nos termos da Lei 5.061 de 08 de março de 2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Da Rescisão

16.1. O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

16.2. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as prevista em Lei ou regulamento (art.77, Lei 8.666/93), podendo a administração investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento dos serviços, entre outros direitos.



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Da rescisão amigável

O Contrato poderá ser reincidento amigavelmente de comum acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração, devendo ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, observado o disposto no art. 79, II c/c § 1º da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Dos Débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução, na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Do Executor

O Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, designará dois Executores para o Contrato, que desempenharão as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.



CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA- Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

E por estarem assim, justos e de acordo, assinam o presente termo, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um único efeito legal.

Brasília, 31 de dezembro de 2013.

Pela **CONTRATANTE**:

JACY BRAGA RODRIGUES

Secretário de Estado de Educação do Distrito Federal Substituto

Pela **CONTRATADA**:

MARCELINO EPAMINONDAS PORTO

Diretor

Testemunhas:

Nome: Elaine Cristina Caldas Barreto	Nome Lucas Vieira Berto Reis
CPF: 699 768 211-15	CPF: 706051491-00

smb://wsd00408023/gecont_sala225/Documentos - PC Sol/CONTRATOS/CONTRATO/2013/CMP - CONSTRUTURA MARCELINO PORTO (FISCALIZAÇÃO) 2013 - Padrão 04 2002.doc